

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S/A
Maracanaú - CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S/A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 18 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	4	101	3	Fornecedores	6	14.447	218
Outros créditos		17	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	10	299	14
Partes relacionadas - outros créditos	10	432	130	Obrigações fiscais		267	55
Despesas antecipadas		180	3	Obrigações trabalhistas		310	6
				Obrigações com arrendamentos	5	62	150
Total do Ativo Circulante		730	136	Total do Passivo Circulante		15.385	443
Despesas antecipadas		507	1	Obrigações com arrendamentos	5	1.088	162
Realizável a longo prazo		507	1	Total do Passivo Não circulante		1.088	162
Imobilizado	5	65.555	895	Patrimônio líquido	7		
		65.555	895	Capital social		51.846	50
				Adiantamento para futuro aumento de capital		-	567
				Prejuízos acumulados		(1.527)	(190)
Total do Ativo Não Circulante		66.062	896	Total do Patrimônio líquido		50.319	427
				Total do Passivo		16.473	605
Total do Ativo		66.792	1.032	Total do Passivo e Patrimônio líquido		66.792	1.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais ou administrativas	8	(1.349)	(177)
Outras despesas operacionais		<u>29</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais		(1.320)	(177)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		(1.320)	(177)
Despesas financeiras	9	<u>(17)</u>	<u>(11)</u>
Resultado financeiro		(17)	(11)
Prejuízo do exercício		<u>(1.337)</u>	<u>(188)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	<u>(1.337)</u>	<u>(188)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.337)</u>	<u>(188)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9</u>	<u>(2)</u>	<u>7</u>
Capital subscrito	9	50	(50)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	50	(9)	-	41
Prejuízo do exercício		-	-	-	(188)	(188)
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	-	-	567	-	567
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>50</u>	<u>-</u>	<u>567</u>	<u>(190)</u>	<u>427</u>
Capital subscrito	9	51.796	(51.796)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	51.796	(567)	-	51.229
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.337)	(1.337)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>51.846</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.527)</u>	<u>50.319</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(1.337)	(188)
Ajustes para:			
Depreciação	5	106	39
Obrigações de arrendamento		-	420
Juros sobre arrendamentos		-	9
Resultado da baixa de imobilizado	5	41	-
Resultado da baixa de arrendamento	5	(24)	-
		(1.214)	280
Variações nos ativos e passivos			
Outros créditos		(17)	-
Despesas antecipadas		(684)	3
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		(17)	(117)
Fornecedores		14.229	218
Obrigações trabalhistas		304	6
Obrigações fiscais		212	55
		12.813	445
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	5	(63.223)	(963)
Baixa de imobilizado		-	28
		(63.223)	(935)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	7	51.229	50
Arrendamentos pagos	5	(721)	(116)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	558
		50.508	492
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		98	2
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	101	3
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		98	2

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de Santa Bertilla Energias Renováveis S.A., “Companhia”, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 18 de março de 2021, e tem como objeto social: (i) o desenvolvimento, implantação, administração e operação do parque eólico denominado EOL Ventos de São Rafael 03, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

O empreendimento possui 63 MW de capacidade instalada e até o presente momento a Companhia encontra-se em fase pré-operacional.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 14.655, parte significativa desse valor se refere a medições de obras do empreendimento, realizado em dezembro de 2023, que serão liquidadas em janeiro de 2024. O pagamento da obrigação, e a consequente continuidade da fase de construção do empreendimento, serão garantidos por meio de aportes de capital pelo acionista controlador da Companhia.

2 Base de preparação e principais práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas - outros créditos.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, partes relacionadas - outras contas a pagar e obrigações com arrendamentos.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas

atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “*impairment*” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para os aerogeradores do parque eólico, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas são determinadas por consultoria especializada durante o processo de unitização dos ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Arrendamento

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 9,17% a.a em 2023.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuados em cada contrato.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua Controlada não possuem diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26):** as alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas

divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.

(b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40):** as alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui operações desta natureza.

(c) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico. A companhia encontra-se em fase pré-operacional.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração do Grupo Casa dos Ventos ("Grupo CDV") estabelece um montante mínimo em posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada empresa se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento do Grupo CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e na Casa dos Ventos Comercializadora S.A ("Comercializadora"). Todo recurso excedente deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos do Grupo CDV através do FIC Domus Ventus ("FIC Consolidador"), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos ("FIs") da Companhia.

Com relação ao contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente,

com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2023 e 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	101	3
Total	101	3

5 Imobilizado

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Fazendas terras	-	520	-	520	-
Imobilizado em andamento	-	63.059	-	63.059	208
Veículos	20,00%	786	(113)	673	220
Ativo de direito de uso terra	2,94% a 8,33%	1.851	(548)	1.303	388
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	-	-	-	79
Total		66.216	(661)	65.555	895

b. Movimentação do imobilizado

Descrição	31/12/2022	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2023
Fazendas terras	-	520	-	-	-	520
Imobilizado em andamento	208	22.695	40.196	(40)	-	63.059
Veículos	220	559	-	-	(106)	673
Ativo de direito de uso terra	388	2.770	-	(1.320)	(535)	1.303
Capitalização operações de arrendamento	-	668	(668)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	79	39.449	(39.528)	-	-	-
Total	895	66.661	-	(1.360)	(641)	65.555

Descrição	31/12/2021	Adições	Depreciação	31/12/2022
Imobilizado em andamento	-	208	-	208
Veículos	-	227	(7)	220
Ativo de direito de uso terra	-	420	(32)	388
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	-	79	-	79
Total	-	934	(39)	895

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui valor em adição no montante de R\$ 3.438 (R\$ 420 em 31 de dezembro de 2022) que não teve efeito caixa, referente a reconhecimento de ativo de direito de uso da terra e capitalização de operações de arrendamento.

c. Arrendamento mercantil

Ativo de direito de uso:

Descrição	<u>Terrenos</u>	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	388	-
Adições	2.770	420
Baixas	(1.320)	-
Amortização	(535)	(32)
Saldo final	1.303	388

Obrigações com arrendamento:

Descrição	Terrenos	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	312	-
Adições	2.968	474
Baixas	(1.344)	-
Juros a incorrer	(198)	(54)
Juros Incorridos e capitalizados	133	8
Pagamentos	(721)	(116)
Saldo final	1.150	312
Circulante	62	150
Não circulante	1.088	162

6 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	14.447	218
Total	14.447	218

7 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 51.846 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 50 em 31 de dezembro 2022) e está representado por 51.845.889 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionista	31/12/2023			31/12/2022		
	(%) de capital	(R\$) Valor	Ações	(%) de capital	(R\$) Valor	Ações
Ventos de São Rafael Energias Renováveis S.A.	100%	51.846	51.845.889	100%	50	50.500
Total	100%	51.846	51.845.889	100%	50	50.500

Aumento de capital

Em 05 de maio de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 31.830, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data no montante de R\$ 31.263 e R\$ 567 com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 31 de agosto de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 8.921 e integralizado em moeda corrente nesta data.

Em 30 de dezembro de 2023, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi subscrito capital no montante de R\$ 11.045 e integralizado em moeda corrente nesta data.

8 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Tributos e contribuições	(25)	(3)
Despesas com escritório	-	(1)
Seguros	-	(3)
Compartilhamento de despesa (a) (nota 10)	(1.118)	(28)
Amortização e depreciação	(106)	(40)
Taxa de manutenção com órgão regulador	-	(10)
Despesas legais	-	(89)
Despesas com propriedades	(100)	-
Serviços – pessoa jurídica	-	(3)
Total	(1.349)	(177)

- (a) Refere-se a despesas administrativas incorridas, pagas pela CDV Holding S.A. e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de despesas assinado pelas partes. Até 31 de dezembro de 2022 a transação possuía contrato válido com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, sendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023. Esses gastos aumentaram no período decorrente da evolução do processo de construção do empreendimento, demandando gastos elevados em regime de compartilhamento de despesas.

9 Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(9)	(2)
Juros sobre direito de uso	-	(9)
Outras despesas financeiras	(8)	-
Total	(17)	(11)

10 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritos abaixo:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo	(95.071)	130
Partes relacionadas – outros créditos		
Outros créditos a receber com partes relacionadas	432	130
Imobilizado		
Adiantamento a fornecedores de imobilizado	(95.503)	-
Passivo	299	14
Partes relacionadas - outras contas a pagar		
Outras contas a pagar com partes relacionadas	299	14
Resultado	(1.118)	(28)
Despesas gerais ou administrativas		
Compartilhamento de despesas (a)	(1.118)	(28)

- (a) Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV Holding S.A. Até 31 de dezembro de 2022 a transação possuía contrato válido com a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e, decorrente da alteração na estrutura societária do Grupo Casa dos Ventos, houve a rescisão deste, tendo celebrado um novo contrato junto a CDV Holding S.A para o ano de 2023.

A CDV Holding S.A é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 18 de março de 2021, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

11 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	101	101	3	3
Partes relacionadas - outros créditos	432	432	130	130
Fornecedores	(14.447)	(14.447)	(218)	(218)
Partes relacionadas – outras contas a pagar	(299)	(299)	(14)	(14)
Obrigações com arrendamentos	(1.150)	(1.150)	(312)	(312)
Total	(15.363)	(15.363)	(411)	(411)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia são avaliados ao custo amortizado.

12 Contingências

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

13 Event os subsequentes

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras, o acionista da Companhia realizou aportes a título de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 13.657.